
Redes de Articulação de Turismo e Pesca da Rota das Emoções no Estado do Piauí – Brasil

Red de Articulación del Turismo y la Pesca en la Ruta de las Emociones en el Estado de Piauí - Brasil

Simone Cristina Putrick

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFPR. E-mail sputrick2@hotmail.com

Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Universidade Federal do Paraná - UFPR. Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFPR. E-mail: marcos.ufpr@yahoo.com.br

Mauro José Ferreira Cury

Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Campus de Mal. C. Rondon. E-mail: mjfcury@gmail.com

Artigo originalmente apresentado no **III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras)**, Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015.

Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - O papel deixado à comunidade local no contexto econômico e social das novas territorialidades que se constroem na globalização deve ser o de reforçar a necessidade de equilíbrio, da inclusão e igualdade. O presente trabalho tem o intuito de apresentar os resultados parciais do projeto “Laços de Cidadania do Litoral do Piauí” que se propôs criar uma Rede de Articulação Solidária entre pescadores artesanais e empreendimentos turísticos que compõem os municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Luis Correia e Cajueiro da Praia na Rota das Emoções no Estado do Piauí - Brasil. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, reuniões periódicas e análise, acompanhamento e readequação dos objetivos do projeto através de observação das ações desenvolvidas. O projeto está em processo de execução, com previsão de término em dezembro de 2015. Até o momento foi atingidos objetivos como a criação da logomarca, a formação do Comitê Gestor, realização do Seminário Rede Solidária na Pesca Artesanal, organização do Primeiro Encontro de Pescadores Artesanais. Espera-se desenvolver o espírito empreendedor nas comunidades mantendo a Rede atuante, além da manutenção e ampliação das parcerias que são reconhecidamente de grande importância, auxiliando o desenvolvimento socioeconômico da região através das atividades de pesca e turismo.

Palavras-chave: Extensão, Rede Solidária, Território Pesqueiro, Rota das Emoções.

Resumen – El papel dejado a la comunidad local en el contexto económico y social de la nueva territorialidad que se construyen en la globalización debe ser reforzar la necesidad de equilibrio, la inclusión y la igualdad. Este estudio tiene como objetivo presentar los resultados parciales del proyecto "Lazos de ciudadanía de la costa del Piauí", que propone la creación de una red conjunta de Solidaridad entre los pescadores artesanales y las empresas turísticas que conforman los municipios de Parnaíba, Ilha Grande, Luis Correia y Cajueiro da Praia en la Ruta de las Emociones en el estado de Piauí - Brasil. La metodología utilizada es la revisión de la literatura, entrevistas, cuestionarios, reuniones periódicas y análisis, seguimiento y mejora de los objetivos del proyecto a través de la observación de las acciones desarrolladas. El proyecto se encuentra en proceso de implementación, con previsión de finalización en diciembre de 2015. Hasta la fecha se ha logrado metas tales como la creación del logotipo, la formación del Comité de Dirección, realización del Seminario de la Red de Solidaridad de la pesca artesanal, la organización de la Primera Reunión de Pescadores artesanales. Se espera que el desarrollo del espíritu empresarial en las comunidades que mantenga activa, así como el mantenimiento y la expansión de las asociaciones que son de gran importancia para ayudar al desarrollo socioeconómico de la región a través de las actividades de pesca y turismo.

Palabras clave: Extensión, Red Solidaria, Territorio de pesca, Ruta de Emociones.

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v.11, n.15, p. 198-206, jul.-dez., 2016

Introdução

O presente trabalho se propõe a apresentar os resultados parciais do projeto “Laços de Cidadania Litoral do Piauí” aprovado pelo edital do Programa de Extensão Universitária da Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação - PROEXT/SESu/MEC de 2014 que se encontra em processo de execução e se propõe constituir uma Rede Solidária de Pescado para comercializar a produção no litoral piauiense, inicialmente com ações envolvendo pescadores artesanais dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luiz Correia e Cajueiro da Praia, no Estado do Piauí objetivando a inserção na cadeia produtiva do turismo local, além da expansão para os estados circunvizinhos. Pretende-se construir referências para o desenvolvimento de estratégias organizacionais de apoio à pesca, beneficiamento e comercialização, adequados e solidários, através de circuitos curtos de produção e comercialização, buscando compor a rede com a colaboração solidária de empresas turísticas, comunidades de pescadores, setor público e organizações da sociedade civil, visando o desenvolvimento e a promoção da soberania alimentar local.

O público a ser beneficiado diretamente pelas ações do projeto compõe a base das comunidades locais e das entidades parceiras nos municípios do projeto especialmente as associações de pescadores composta por pescadores familiares organizados em grupos que ainda possuem técnicas artesanais, além de técnicos e lideranças locais, o projeto conta também com instituições colaboradoras dentre os quais estão a comunidade acadêmica, representantes do poder público (Municipal, Estadual e Federal), ONGs, empresários e comunidade.

Processo este que se propõe fortalecer e apoiar a relação das associações de pescadores com os consumidores urbanos de forma direta, trazendo os representantes dos arranjos produtivos do turismo, através da circulação do pescado nos bairros e desenvolver o comércio solidário, valorizando a cultura alimentar das comunidades locais e ainda propor políticas públicas locais através da geração de referenciais técnicos e científicos para os resultados da organização comunitária, da gestão dos recursos naturais, da geração de renda, da pesca e consumo responsável da promoção e soberania alimentar.

Neste artigo tem-se o objetivo de apresentar as estratégias de criação e execução utilizadas para criar a Rede de Articulação Solidária, a metodologia utilizada nas comunidades envolvidas no processo e quais os resultados alcançados até o momento.

Metodologia

A pesquisa-ação participativa é ao mesmo tempo uma metodologia de investigação e um processo de intervenção social. Propõe o reconhecimento da relação igualitária dos atores sociais e valoriza o saber popular como contribuição na construção da ciência. Concomitantemente tem que se dar conta desses obstáculos epistêmico-metodológicos. Leva a análise da realidade como uma forma de conhecimento e sensibilização da própria população, que passa a ser com o processo sujeito ativo e protagonista de um projeto de desenvolvimento para a transformação da sua realidade social mais imediata.

De uma forma geral, a pesquisa participante, especificamente nos municípios do Litoral do Piauí busca ser uma investigação, uma construção de alianças, um encontro amoroso e, sobretudo uma aprendizagem mútua. Este tipo de pesquisa social tem base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 24).

Os municípios fazem parte da Rota das Emoções, que percorre diversos lugares, como o Parque Nacional de Jericoacoara no Estado do Ceará, o Delta do Parnaíba no Estado do Piauí e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão. A Rota das Emoções é considerada um dos cinco roteiros turísticos pioneiros no planejamento de

Roteirização Turística do Brasil, coordenado pelo Ministério do Turismo. Fazem parte da Rota 14 municípios sendo 5 do estado do Ceará, 5 do Maranhão e 4 do Piauí áreas de estudo do presente artigo (Ilha Grande, Parnaíba, Cajueiro da Praia e Luis Correia).

As várias fases adotadas no processo de pesquisa participante foram: etapa inicial de partida ou pré-investigação e desenho da pesquisa; diagnóstico, formação do grupo de trabalho de campo; devolução dos resultados do diagnóstico, construção da programação e trabalhos de campo; proposta do projeto e oficinas participativas; e execução, avaliação, monitoria e replanejamento do processo de pesquisa.

Dentro do processo metodológico no primeiro momento foi montada uma equipe de coordenação e Comitê Gestor do projeto, que tem como função a gestão do projeto e da equipe de trabalho, os bolsistas e mais os assessores e técnicos de extensão das entidades parceiras, que atuaram diretamente nas comunidades. Foi iniciado um processo de formação contínua para esse grupo, com reuniões mensais para discussão de atividades específicas para o projeto, bem como proporcionar sua participação em outros espaços estratégicos para o desenvolvimento do trabalho de mapeamento, capacitação e experimentação em cada comunidade pesqueira.

Estas ações prevendo o resgate dos conhecimentos tradicionais relacionados à pesca e à comercialização através do desenvolvimento de ferramentas, que possibilitará a visibilidade dos problemas e conflitos existentes, para permitir a articulação incentivando o consumo do pescado e o processo de organização destes grupos, processo este diretamente acompanhado e assessorado pelo comitê gestor do projeto. Para desenvolver tais ações é trabalhada ainda a interdisciplinaridade, fator fundamental para a formação de cidadãos críticos e atuantes, que possuam uma diversidade de conhecimento e possam contribuir de maneira enriquecedora para o desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

Este processo de trabalho tem uma relação dialógica com a comunidade por intermédio da articulação da ação conjunta e sistêmica entre o poder público, o empresariado e a comunidade, que pode ver neste processo uma forma de amenizar uma situação de atraso no desenvolvimento socioeconômico e de políticas públicas, o que acarreta o retardamento do desenvolvimento local ou mesmo global, causados pela falta de diálogo entre estes agentes sociais.

Revisão de Literatura

O conceito de desenvolvimento não é unívoco, pelo contrário, sempre no seu bojo algumas ambiguidades, conceito baseado numa estruturação social e territorial baseada na ideia do progresso e no crescimento econômico infinito (RODRIGUES, 2003). Processos mais modernos entendem desenvolvimento como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade.

Les Carrefours du Labyrinthe I, II e III *apud* Rodrigues (2003, p. 29) formula suas colocações a partir do espaço como um produto social. Emanam a noção de território como área sobre a qual a comunidade exerce uma gestão autônoma, expressando, portanto seu poder. Os teóricos das Ciências Sociais das décadas de 80 e 90 fazem várias críticas ao chamado projeto pós-modernidade, caracterizado por indicadores dentre os quais salientam-se a globalização da economia, a mundialização da cultura, as críticas ao processo de desenvolvimento que não inserem o social e o natural, o que faz desembocar em revisões de conceito de "desenvolvimento" das quais surge a ideologia do desenvolvimento local, como uma concepção alternativa de desenvolvimento.

O presente trabalho apresenta a questão do desenvolvimento regional, com foco nos municípios da região litorânea do Estado do Piauí. "Tradicionalmente, a região é parte de um território nacional, na medida em que é vista segundo uma abordagem de base física" (RODRIGUES, p. 14, 2003).

A região é determinada não apenas por suas características físicas, mas também depende das organizações e da gestão do desenvolvimento.

(...) as regiões e os lugares não querem ser identificados somente pela existência de características particulares e recursos passivos como, por exemplo; meio ambiente, recursos naturais, produção agrícola e industrial, sistemas de cidades e patrimônio histórico, como tradicionalmente acontecia com a teoria das vantagens comparativas, de localização e diferenciação regional. Cada vez mais os lugares e as regiões querem ser conhecidos pelos recursos ativos, dinamicamente construídos pela organização sócio territorial, pelas óticas e formas próprias da gestão do desenvolvimento local e regional, envolvendo e integrando diversos setores, atuando em contextos abrangentes (SILVA, 2013, p. 9).

Turismo e combate à pobreza

A desconcentração do turismo em escala mundial vem contribuindo para a redução das desigualdades e para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento mais equilibrado da atividade. A importância do setor do turismo para a redução da pobreza e para facilitar o desenvolvimento de economias menos desenvolvidas e emergentes foi reconhecida. A importância crescente do turismo para os países em desenvolvimento está estreitamente vinculada ao papel do emprego na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), particularmente das metas relacionadas ao emprego e à redução da pobreza (Meta 1), ao gênero e ao empoderamento das mulheres (Meta 3), e à relação entre o emprego e a sustentabilidade ambiental (Meta 7).

É importante reconhecer, no entanto, que embora o turismo gere empregos e contribua significativamente para o crescimento econômico, ele não constitui uma fórmula automática para a redução da pobreza. Os países em desenvolvimento devem enfatizar o setor nos seus Documentos de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP) e as instituições financeiras devem reconhecer o impacto do turismo nas suas estratégias de apoio, o que exige o envolvimento de todas as partes interessadas por meio de um intenso diálogo social. O turismo pode ter três tipos de impactos sobre pessoas afetadas pela pobreza: 1. Geração de renda; 2. Desenvolvimento de economias locais/rurais e dos meios de vida das pessoas; 3. Impacto sobre o ambiente natural e cultural no qual vivem.

Com efeito, nos últimos anos o turismo cresceu em muitos países, e se tornou uma atividade importante do ponto de vista econômico e, seus impactos negativos começaram a ser mais bem percebidos, divulgados e pesquisados. Questões como as rápidas alterações no modo de vida e na cultura de populações locais, a degradação ambiental e o consumo indiscriminado dos recursos naturais, a expulsão de populações locais de seu território, a crescente especulação imobiliária, e a inflação provocada pelo turismo em muitos lugares de destinos, em particular aqueles de Sol e Praia, passaram a receber mais atenção da mídia, dos governos e da academia.

O nível e a distribuição de renda constituem condicionantes estruturais do aumento da importância do turismo na economia brasileira, cuja superação está estreitamente ligada ao processo de desenvolvimento do país. Mais importante que discutir o patamar de participação do turismo na economia é observar o dinamismo do setor, a contribuição para o desenvolvimento regional e local, a evolução da relação formal–informal e a evolução do perfil dos ocupados.

O PNT atua como documento orientador para as políticas de turismo nas esferas estaduais e municipais, por meio do estabelecimento de diretrizes gerais, estratégias e medidas voltadas, sobretudo, para o estímulo ao mercado interno. A visão apresentada sobre o turismo, que se encontra presente no Plano, é marcada pelo destaque aos aspectos econômicos da atividade. O Plano busca evidenciar a capacidade do turismo de contribuir para a indução do desenvolvimento econômico ou impactar positivamente na aceleração do crescimento do país (BRASIL, 2007). O estímulo direcionado ao fortalecimento do turismo

no país é, dessa maneira, altamente incentivado, por acreditar que o mesmo implica “em empregos, desenvolvimento e inclusão social” (BRASIL, 2007, p. 05).

O desenvolvimento do turismo no Brasil passa, então, segundo o PNT, pelo estímulo ao crescimento econômico, que, por sua vez, contribui também para o próprio crescimento do turismo. Os investimentos previstos em infraestrutura e as medidas de incentivo ao investimento privado, conforme planejadas pelo governo federal, “propiciariam as condições necessárias para a consolidação do turismo como um importante vetor do desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2007, p. 19). A importância da atividade turística como indutora do desenvolvimento é, portanto, fator recorrente ao longo do PNT, que, inclusive, classifica o turismo como um “poderoso instrumento de aceleração do desenvolvimento nos níveis local, regional e nacional”.

Economia Solidária

A Economia Solidária, enquanto tema recentemente colocado como central na discussão e implementação de formas alternativas de estruturação da produção, tem sido objeto de enfoque do discurso público de tal forma que o Governo Federal desenvolveu, em 2005, o Termo de Referência em Economia Solidária, criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Este termo aponta a relevância dos empreendimentos solidários ao enfatizar que a Economia Solidária envolve geração de trabalho, renda e inclusão social, a partir de um processo de organização social e econômica dos trabalhadores por meio da articulação de redes de cooperação.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), define a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizados sob a forma de autogestão e pela participação democrática nas decisões dos membros da organização.

De acordo com Singer (2002, 121), a Economia Solidária possui origens no cooperativismo operário durante a revolução industrial, ao longo dos séculos XIX e XX, embora sua expansão ao longo da década de 90 tenha sido impulsionada pelo aumento do desemprego, do setor informal e da trajetória de consolidação dos movimentos sociais.

A perspectiva coletivista é inerente ao processo de consolidação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista o fato de que, de acordo com os preceitos da própria economia solidária, as pessoas se ajudam; se unem em torno de um propósito comum, e a partir disso se fortalecem enquanto grupo social. O paradoxo cooperação/competição é vivenciado de forma emblemática pela Economia Solidária. De uma forma geral, a competição pode ser entendida como um processo negativo; embora, em certas circunstâncias, esteja presente.

Medidas diversificadas regem a economia solidária; são premissas as quais se espera que estejam internalizadas na prática das experiências associativas. Ao todo são oito princípios norteadores: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (ICAZA, 2004). A economia solidária tem importante ligação com o território em que se desenvolve, valorizando-o ao comprometer-se com a localidade e no uso de seu capital natural de forma que pode ser considerada um instrumento capaz de promover o desenvolvimento local endógeno objetivo da Rede de Articulação Solidária.

Permeando o âmbito da economia solidária, encontram-se hoje empreendimentos que compreendem diversas categorias de gestão com caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. São identificados por meio de seus princípios de equidade e participação os quais procuram expressar materialmente organizando-se de forma autogestionária e democrática.

De acordo com Gaiger (2003, p. 67), “na linha de frente do solidarismo, perfilam-se as empresas de autogestão agrupadas na ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (52 empresas, com 15 mil trabalhadores), as cooperativas de trabalhadores, em parte filiadas às federações estaduais, ou ainda, as centenas de cooperativas de produção agropecuária, implantadas pelo MST nos assentamentos da reforma agrária”.

A crise estrutural do mercado de trabalho juntamente com os agravantes da política nacional recessiva e a ação mobilizadora de movimentos sociais foram os principais fatores que promoveram o crescimento de empreendimentos sob a autogestão (GAIGER, 2003).

Desenvolvimento

Na metodologia da pesquisa-ação consta a etapa de diagnóstico, a partir desse identifica-se que os pescadores artesanais do Litoral Piauiense, como em muitas outras pequenas comunidades em todo território brasileiro encontram-se em condições desfavoráveis quando se trata da comercialização dos produtos, sendo estes desfavorecidos economicamente. Mesmo com a presença de diversas famílias que dependem exclusivamente desta atividade para sustentar a casa, e outras que a tem como atividade econômica complementar. Não há valorização deste pescador e nem do produto nos municípios do Litoral do Piauí, haja vista que a maior parte da produção é escoada para os estados vizinhos.

Conforme os moradores locais, o número de pescadores está reduzindo, entre os fatores estão os filhos de pescadores não querem dar continuidade a atividade dos pais, consideram a profissão árdua. Consequentemente, acontece nestas comunidades a migração destes jovens para as cidades. Outro fator apresentado pelos pescadores foi a questão da redução dos peixes nos rios, fato atribuído a degradação ambiental, pelo aumento da pesca industrial, entre outros fatores. Assim, comunidades que tem uma conjugação de famílias de pescadores tradicionais e novas famílias pesqueiras ficam atreladas a um círculo de pobreza cada vez mais acentuado.

Foi possível observar que é preciso o apoio de todos os agentes envolvidos para além de criar, consolidar a Rede de Articulação, que está se dá por meio de trabalho em equipe, em que cada um tem um papel a desempenhar para que funcione de maneira eficiente e eficaz.

Com a criação e manutenção da Rede é possível melhorar a qualidade de vida dos residentes das comunidades de pescadores, visto que proporcionará a comercialização do pescado entre empreendimentos locais utilizando da atividade turística para divulgação e propagação deste produto, para outros setores da economia local.

Mance (2003) defende que, as redes são importantes como organizações de consumo fazendo um link com produção, serviços e comercialização destes dentro da rede.

O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: (a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem do modo capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc ; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (MANCE, 2003, p. 67).

No que se refere à extensão territorial quanto maior a rede maiores os resultados obtidos desde que esteja interligada alcançará um público maior, aumentando assim o desenvolvimento. Na extensão litorânea as comunidades pesqueiras demonstram

conhecimento sobre a falta de território para a atividade de pesca artesanal, até mesmo o movimento de pescadores artesanais do estado exerce papel importante na luta por espaço para a realização de pescarias.

Para a constituição da Rede um dos primeiros objetivos do projeto era a constituição do Comitê Gestor esta etapa foi realizada com êxito, havendo uma grande participação da comunidade. Fazem parte do Comitê onze integrantes, sendo que as vagas ficaram assim distribuídas: 1 representantes das Associações das Marisqueiras, 1 representante da Colônia de Pescadores, 1 representante do Sindicato de Pescadores, 1 representante da UFPI, 3 representantes das Secretarias Municipais de Turismo, 1 representante da Secretaria Estadual de meio Ambiente, 2 representantes das Secretárias Municipais da Pesca, 1 representante da Vigilância Sanitária. Os quatro municípios têm representação no Comitê, sendo que todos os envolvidos fazem parte do grupo que pode votar durante as assembléias.

A equipe do projeto “Laços de Cidadania Litoral do Piauí” realizou até a presente data 24 reuniões, sendo elas executadas desde o mês de janeiro, dentre elas internas realizadas uma vez por semana com a coordenadora e os cinco bolsistas e as com parceiros, associações e comitê gestor mensalmente.

Ao longo deste ano foram previstas ações de inserção da comunidade acadêmica no âmbito das comunidades tradicionais através de vivências no dia-a-dia dos pescadores como a realizada na Associação de Marisqueiras de Luís Correia no dia 14 de junho do corrente ano com 3 bolsistas do projeto e um grupo de estudantes de Pedagogia do PARFOR.

Outra atividade foi a organização do IV Congresso Nacional de Unidades de Conservação do Delta do Parnaíba – CORUC, realizado em Parnaíba – PI em maio de 2014 e teve como evento paralelo o Seminário Redes Solidárias na Pesca Artesanal a fim de promover a troca de informações e conhecimentos para o fortalecimento da Rede de Articulação Solidária.

Durante o evento constatou-se que uma das principais necessidades das comunidades beneficiadas pelas ações do projeto, é a falta de espaço para o diálogo e troca de ideias sobre o que está sendo realizado por cada instituição.

A participação da comunidade foi algo novo dentro do contexto de eventos acadêmicos. Foi constatada a necessidade desse espaço para que a comunidade pudesse expor suas expectativas, conquistas e necessidades.

No âmbito acadêmico foi aberto espaço para discussão e exposição dos projetos existentes na Universidade Federal do Piauí – UFPI voltados para as comunidades autóctones em uma mesa redonda intitulada “Apoio Institucional a Comunidades Pesqueiras e Turísticas” com a presença de professores da UFPI, assim como o representante do SEBRAE e Superintendência Federal do Ministério da Pesca no estado do Piauí para a discussão.

Foi organizada uma Mesa Redonda intitulada “Perspectivas e Olhares: O papel das Associações em Comunidades Pesqueiras” em que as representantes de Associações expuseram seus projetos, sua rotina diária, apresentaram dificuldades e principalmente os pontos fortes que cada uma possui. Foi abordada a questão da educação ambiental por todos os componentes da mesa, além de levantarem a necessidade do diagnóstico e regularização de todo território pesqueiro do Piauí, enfatizado ainda a importância deste espaço para discussões e exposições das demandas das comunidades e ainda da realização de cursos de capacitação, oficinas dentre outros para a comunidade possa adquirir conhecimentos técnicos que as instituições possuem, promovendo uma troca de saberes, técnicas de aproveitamento dos insumos oriundos da atividade pesqueira.

O projeto também contribuiu para a realização do Primeiro Encontro Estadual de Pescadores e Pescadoras do Piauí, paralelamente a Primeira Feira de Pesca que teve como objetivo proporcionar um espaço de discussão sobre a atual situação dos pescadores

artesanais do litoral piauiense e região bem como buscar soluções para estes problemas. Além de incentivar a comercializar do pescado produzido na região, outro objetivo do projeto. Contou com participação da comunidade, academia, representantes de instituições públicas e privadas e ONGs.

Identificou-se a comunidade não estão sendo envolvida nas ações de desenvolvimento locais e regionais e como agentes mediadores os integrantes do projeto, bem como outros atores envolvidos passaram a desenvolver estratégias que viessem a inserir a comunidade no processo, através da organização de eventos, divulgação dos eventos existentes, inserção na comunidade nos projetos que estão em andamento.

Considerações Finais

Considera-se que só será possível haver articulação efetiva entre os agentes envolvidos - *trade*, população e academia - caso haja continuidade no trabalho desenvolvido pela IES. Isso porque o projeto encontrou certa resistência no que tange a aproximação da academia na comunidade, haja vista que esta já está sobressaltada com outras ações que infelizmente não foram levadas adiante pela instituição. A partir destas falas foram realizadas observações dos pontos fracos e dos fortes de cada projeto, que em muitos casos são elaborados pela Universidade e implantados na comunidade. Assim, verificou-se que não existe um diálogo e nem uma consulta com os envolvidos para saber o desejo e a necessidade dos indivíduos, tratados simplesmente como público alvo.

Já para a equipe que trabalhou na organização dos eventos, parceiros, e estudantes, a experiência profissional foi considerada única. No âmbito acadêmico os eventos proporcionaram uma atmosfera onde foi possível desenvolver as atividades aliando teoria e prática. Analogamente, para a comunidade os eventos se constituíram como atividades primordiais para que o diálogo entre os setores acontecesse onde todos puderam expor suas necessidades e adquiriram conhecimentos.

Diante dos dados apresentados foi possível perceber que as IES precisam aproximar-se ainda mais das comunidades, que se sente excluída e não possui organização para buscar recursos. Porém, a proposta do projeto até o momento está dentro das expectativas. Pretende-se consolidar a Rede para que o produto da região seja comercializado local e regionalmente, passando a aumentar a produção e a renda familiar, e aquecer a economia, fomentando o turismo local e regional.

A proposta busca atuar de forma associada com atividades de pesquisa-ação participativa, assessoramento organizacional participativo e ensino focado na capacitação em gestão social compartilhada. Visando, assim, a inclusão socioprodutiva, a emancipação das organizações sociais, o acesso às políticas públicas de desenvolvimento e o fortalecimento da economia solidária. Entendemos que essa ação implica em analisar, repensar e estabelecer uma nova relação da Universidade Federal do Piauí - UFPI com o processo de desenvolvimento territorial, para incrementar a capacidade de gestão social das associações, dos sindicatos, dos pescadores e dos empreendimentos turísticos. Concomitantemente, pretende articular e auxiliar na qualificação às diversas instâncias e as redes de gestão das políticas públicas para contribuir com o desenvolvimento sustentável do Piauí, da região Nordeste e do Brasil.

Referências

BRASIL. *Plano Nacional de Turismo 2007-2010*. Uma Viagem de inclusão. Ministério do Turismo. Brasília. 2007.

GAIGER. L. Empreendimentos Econômicos Solidários. *In: A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v. 11, n. 15, p. 198-206, jul.-dez., 2016

ICAZA, A.M.S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L.I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 17-54. 2004.

MANCE, E. A. “Redes de colaboração solidária”. In: *A outra economia*. Editora Veraz. Porto Alegre. 2003.

RODRIGUES, A.B. Patrimônio, Território y Emprendedorismo: Pilares Del Desarrollo del Turismo em Base Local. In: **Aportes y Tranferencias**, Año 7, vol. II. Universidad Nacional de Mar del Plata. Mar del Plata, Argentina. pp. 11-30. 2003.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária**. Mapeamento Rio Grande do Sul. Brasília, 2007.

SILVA, J.S. Des-envolvimento ou Envolvimento Participativo? In: RANDOLPH. R E TAVARES, H. M (Org.) **Política e Planejamento Regional**. Brasília: Gráfica Movimento. 224 p. 2013.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. SANTOS, B.S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2011.